

Reflexões sobre meio ambiente e desenvolvimento rural

Sérgio Sauer
Andréa Leme da Silva
Laura Maria Goulart Duarte
(organizadores)

EDITORA



UnB



Pesquisa,
Inovação
& Ousadia



Universidade de Brasília

Reitora
Vice-Reitor

Márcia Abrahão Moura
Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora
Conselho editorial

Germana Henriques Pereira
Germana Henriques Pereira (Presidente)
Fernando César Lima Leite
Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende
Carlos José Souza de Alvarenga
Estevão Chaves de Rezende Martins
Flávia Millena Biroli Tokarski
Jorge Madeira Nogueira
Maria Lidia Bueno Fernandes
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos
Sely Maria de Souza Costa
Verônica Moreira Amado



Reflexões sobre meio ambiente e desenvolvimento rural

Sérgio Sauer
Andréa Leme da Silva
Laura Maria Goulart Duarte
(organizadores)



Coordenação de produção editorial
Editora de publicações
Preparação e revisão
Projeto gráfico
Diagramação

Equipe editorial

Luciana Lins Camello Galvão
Marília Carolina de Moraes Florindo
Jeane A. Pedrozo
Wladimir de Andrade Oliveira
Haroldo Brito

© 2020 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília

SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,
2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF
Telefone: (61) 3035-4200
Site: www.editora.unb.br
E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte
desta publicação poderá ser armazenada ou
reproduzida por qualquer meio sem a autorização
por escrito da Editora.

Esta obra foi publicada com recursos provenientes do
Edital DPI/DPG nº 3/2019.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

R322 Reflexões sobre meio ambiente e desenvolvimento rural / Sérgio
 Sauer, Andréa Leme da Silva, Laura Maria Goulart Duarte
 (orgанизadores). – Brasília : Editora Universidade de Brasília,
 2021.
 388 p. ; 23 cm. – (Pesquisa, inovação & ousadia).

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-5846-023-7

1. Meio ambiente. 2. Desenvolvimento rural. 3. Mulheres do
campo. 4. Educação do campo. I. Sauer, Sérgio (org.). II. Silva,
Andréa Leme da (org.). III. Duarte, Laura Maria Goulart (org.).
IV. Série.

CDU 502.3

Sumário

Apresentação 11

Parte 1

Desenvolvimento rural e sociobiodiversidade

Capítulo 1

Conflitos por terra e território provocados pelas eletroestratégias nas bacias dos rios Ivaí e Piquiri – PR 21

Ralph de Medeiros Albuquerque

Sérgio Sauer

1.1 Introdução 22

1.2 Empreendimento e geração de energia elétrica no Paraná 23

1.3 Eletroestratégias: a agroestratégia do setor elétrico 26

1.4 Conflitos e sujeitos nas bacias dos rios Ivaí e Piquiri 30

1.5 À guisa de conclusão 44

Referências 45

Capítulo 2

Fronteira agrícola e natureza: povos e comunidades tradicionais e áreas protegidas no Cerrado 53

Karla Rosane Aguiar Oliveira

Sérgio Sauer

2.1 Modernização conservadora da agricultura e expansão da fronteira agrícola: o papel das agroestratégias 56

2.2 As ameaças do avanço da fronteira agrícola sobre territórios tradicionais e áreas protegidas do Cerrado 60

2.3 Estratégias de enfrentamento de Povos e Comunidades Tradicionais frente aos novos desafios à conservação 67

2.4 Considerações finais 73

Referências 74

Capítulo 3

Produtos do agroextrativismo do Cerrado e mercados da sociobiodiversidade 79

Jessica Pereira Garcia
Janaína Deane de Abreu Sá Diniz
Stéphane Guéneau
Marcelo Souza Alves

3.1 Introdução **80**

3.2 A contribuição da Nova Sociologia Econômica ao entendimento da construção social dos mercados da sociobiodiversidade **84**

3.3 Tipologia dos mercados de produtos da sociobiodiversidade **88**

3.4 Considerações finais **100**

Referências **102**

Parte 2

Políticas públicas e desenvolvimento rural sustentável

Capítulo 4

Integração e sinergia de políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: uma análise da política territorial e do Programa de Aquisição de Alimentos 111

Alberto Abadia dos Santos Neto
Mário Lúcio de Ávila

4.1 Introdução **112**

4.2 Ambiente das Políticas Públicas no Brasil **114**

4.3 Entraves para a sinergia e integração de Políticas Públicas com foco na agricultura familiar no Brasil **117**

4.4 Breves considerações sobre o Pronat, PTC e PAA **120**

4.5 Percepções sobre integrações e sinergias entre o PRONAT, PTC e PAA **124**

4.6 Considerações finais **131**

Referências **133**

Capítulo 5

Núcleos de estudos em agroecologia voltados à pesca artesanal e à aquicultura familiar: uma estratégia do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (2013-2015) 137

Ericka Carneiro Leão de Oliveira

Mário Lúcio de Ávila

5.1 Introdução **138**

5.2 A política de agroecologia no Brasil na Pnapo **142**

5.3 A pesca artesanal e a aquicultura familiar e a inserção no Planapo **144**

5.4 Núcleos de estudos como instrumentos da Pnapo **145**

5.5 Resultados **149**

5.6 Considerações finais **156**

Referências **158**

Capítulo 6

Remineralização dos solos para ampliar a produção da palma forrageira na região semiárida 163

Fernanda de Paula Medeiros

Suzi Maria de Córdova Huff Theodoro

6.1 Introdução **164**

6.2 Caracterização da área de pesquisa e do remineralizador **167**

6.3 Metodologia **169**

6.4 Resultados e discussão **171**

6.5 Fertilidade do solo **176**

6.6 Análise do tecido vegetal **183**

6.7 Considerações finais **185**

Referências **187**

Parte 3

Políticas de gênero: protagonismo das mulheres no campo

Capítulo 7

Mulheres rurais: diálogos entre economia feminista e autonomia crítica 195

Analine Almeida Specht

Newton Gomes Narciso Junior

7.1 Introdução **196**

7.2 Mulheres rurais: uma leitura desde a economia feminista **197**

7.3 Autonomia crítica **207**

7.4 Considerações finais **214**

Referências **215**

Capítulo 8

O lugar da Reunião Especializada da Agricultura Familiar (Reaf) nas políticas para mulheres rurais no Paraguai e Uruguai: ideias e paradigmas de políticas de gênero 219

Caroline Buosi Molina

Moisés Villamil Balestro

8.1 Introdução **220**

8.2 Elementos para uma análise institucional das políticas públicas **222**

8.3 A agenda das políticas públicas para as mulheres rurais e o Mercosul **231**

8.4 Considerações finais **244**

Referências **246**

Capítulo 9

Contribuições do Pronaf Mulher e do PAA no cotidiano das mulheres rurais de Aracruz – ES 249

Marcia Zumak

Laura Maria Goulart Duarte

9.1 Introdução **250**

9.2 Metodologia **252**

9.3 Gênero como um campo de estudos **253**

9.4 O Pronaf Mulher e o PAA no cotidiano das mulheres rurais de Aracruz **261**

9.5 Considerações finais **269**

Referências **271**

Capítulo 10

A Marcha das Margaridas e as políticas públicas de agroecologia no Brasil 275

Sarah Luiza de Souza Moreira

Suzi Maria de Córdova Huff Theodoro

10.1 Introdução **276**

10.2 Metodologia **279**

10.3 Abordagem teórica **284**

10.4 Resultados e discussão **289**

10.5 Considerações finais **295**

Referências **298**

Parte 4

Juventude rural e educação do campo: um sopro de esperança para um futuro sustentável

Capítulo 11

Concepções não hegemônicas de desenvolvimento no contexto da educação de jovens e adultos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária 305

Joice Marielle da Costa Moreira

Sérgio Sauer

11.1 Introdução **306**

11.2 Histórico e construção do desenvolvimento hegemônico **307**

11.3 Concepções alternativas: as origens de um real desenvolvimento **310**

11.4 As concepções de desenvolvimento dos sujeitos do Projeto Tecicampo **318**

11.5 Contribuições do Pronera e do Tecicampo para o desenvolvimento **327**

11.6 Considerações finais **331**

Referências **332**

Capítulo 12

A educação do campo no Distrito Federal 335

Cleide Maria de Souza

Marcelo Ximenes Aguiar Bizerril

12.1 Introdução **336**

12.2 Concepções de educação rural e educação do campo **337**

12.3 Método **341**

12.4 As escolas no meio rural do Distrito Federal **342**

12.5 Considerações finais **358**

Referências **359**

Capítulo 13

A permanência das jovens no meio rural do Maranhão, do Piauí e de Alagoas 363

Luciana Porto

Mônica Celeida Rabelo Nogueira

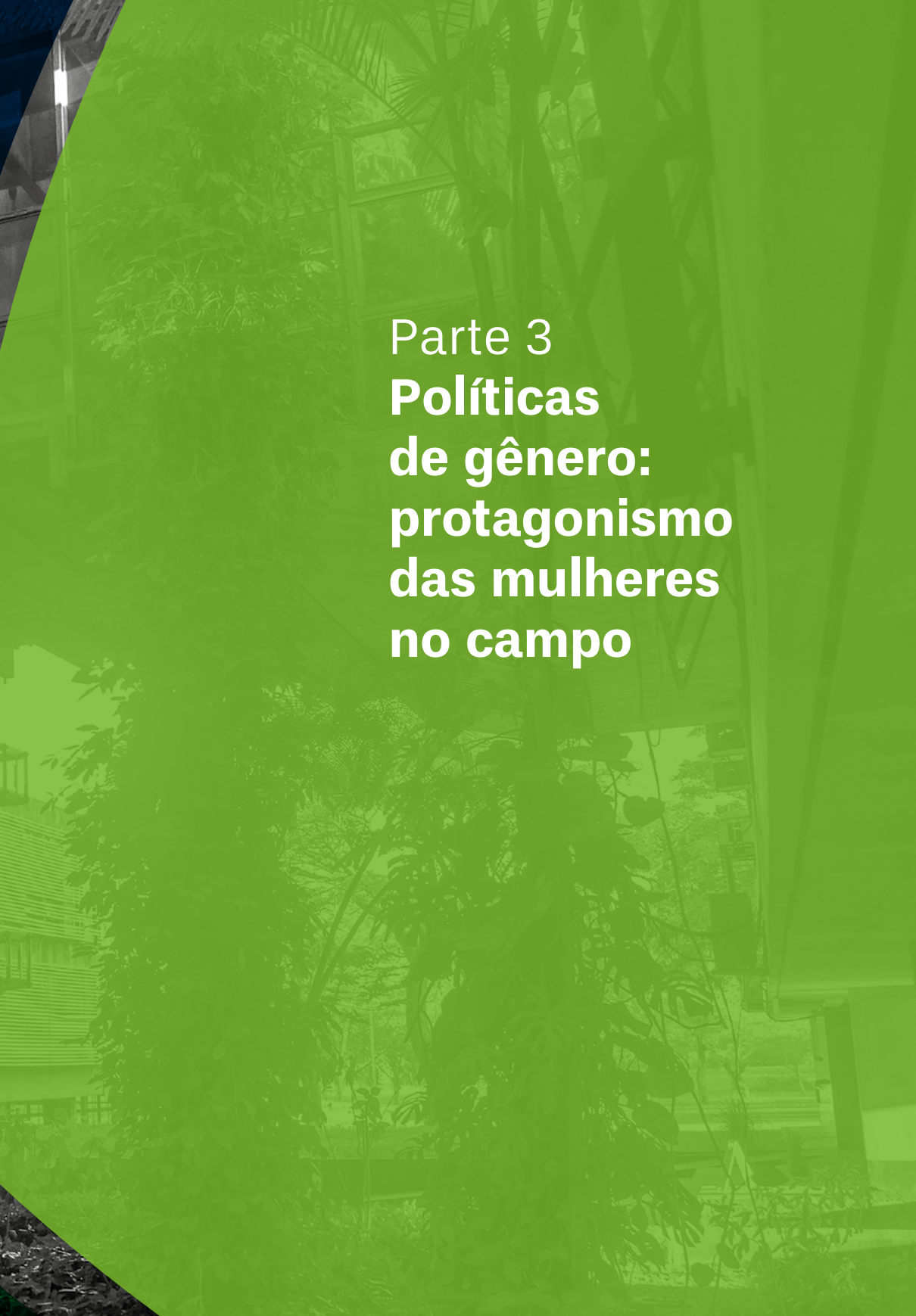
13.1 Introdução **364**

13.2 Metodologia adotada **367**

13.3 Análise dos dados e discussão **370**

13.4 Considerações finais **378**

Referências **380**



Parte 3
**Políticas
de gênero:
protagonismo
das mulheres
no campo**



10

Capítulo 10

A Marcha das Margaridas e as políticas públicas de agroecologia no Brasil¹

Sarah Luiza de Souza Moreira²

Suzi Maria de Córdova Huff Theodoro³

¹ O presente artigo é parte da dissertação de mestrado que teve como título *A contribuição da marcha das margaridas na construção das políticas públicas de agroecologia no Brasil*, defendida em maio de 2019 no Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader).

² Bacharela em Ciências Sociais (UFC) e mestra em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural pelo PPG-Mader, da Faculdade UnB de Planaltina (FUP).

³ Doutora em Geologia e professora do PPG-Mader, Faculdade UnB Planaltina (FUP), na linha de pesquisa sobre “avaliação socioambiental e agrária” (e-mail: suzitheodoro@unb.br).

10.1 Introdução

O presente capítulo analisa a contribuição da Marcha das Margaridas para a construção de políticas públicas de agroecologia no Brasil. A análise considerou o período entre os anos 2000 e 2015, por ter sido esse um momento em que se pode perceber a aproximação da pauta da agroecologia com as ações dos movimentos feministas e das mulheres do campo, das águas e das florestas, assim como da ação do Estado. Destaca-se, nesse processo, a construção e a implementação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo) e o seu Plano (Planapo I). Buscamos averiguar qual foi a influência das partes, das pautas e das demandas dessas mulheres para a concretização das políticas públicas e das ações governamentais que efetivaram a agroecologia.

Considerando tais fatores, procuramos investigar como ocorreu o processo de fortalecimento da pauta da agroecologia no âmbito da luta das mulheres, especialmente daquelas organizadas em torno da Marcha das Margaridas. Esse tema é relevante, porque aborda aspectos relativos à sinergia entre os movimentos sociais, em especial o movimento de mulheres, e as demandas por políticas públicas construídas e apoiadas a partir das ações de mobilizações e de pressões populares para a sua construção, de forma direcionada ao público formado pela população rural brasileira. Esse conjunto de fatos pode ser visto sob a perspectiva de um desenvolvimento de cunho mais sustentável, que considere a democracia, a igualdade, a liberdade e a justiça como parâmetros de construção da sociedade.

Nesse contexto, apresentamos a história da Marcha das Margaridas, seu processo de constituição, organização e mobilização, a partir do movimento sindical rural, estruturado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), em um contexto de fortalecimento da luta das mulheres rurais no Brasil. Nos debruçamos ainda sobre os diálogos dessa mobilização com o movimento feminista, que nos dão ferramentas fundamentais para análise e construção da pesquisa.

Pensando a agroecologia como um eixo estruturante, a pesquisa pretendeu contribuir para o entendimento de como as lutas políticas têm um papel preponderante na construção das políticas direcionadas às populações do campo, da floresta e das águas, com vistas à construção de um modo de vida com mais dignidade, com garantias de produção e acesso a alimentos saudáveis e com qualidade ambiental adequada para as presentes e futuras gerações. É relevante destacar que esta pesquisa pretendeu dar luz ao debate sobre a visão que os movimentos de mulheres e feministas, especialmente o grupo que compõe a Marcha das Margaridas, têm sobre o desenvolvimento rural sustentável e em que medida o tema da agroecologia constituiu-se em uma estratégia e uma proposta política que afirmasse a necessidade de autonomia e revelasse os processos de desigualdades entre homens e mulheres, nos âmbitos produtivos e reprodutivos. Nesse percurso, foi possível perceber as tensões, as disputas e os enfrentamentos entre os movimentos sociais e o Estado, em temas relativos ao lugar das mulheres na agricultura familiar, ao modelo de desenvolvimento e à formulação de políticas públicas a serem priorizadas.

Para o universo acadêmico, esse tema se apresenta como uma pesquisa diferenciada, frente às teorias e às reflexões que ainda são paudadas por um caráter eminentemente “universalista”⁴ e androcêntrico,⁵ que invisibilizam os mecanismos do patriarcado que impõem às mulheres o lugar do privado, do doméstico e do cuidado, diminuindo sua contribuição política e seus aportes para o mundo público. Ao mesmo tempo, ampliar a conformação da visão do Estado e como suas políticas públicas são construídas, considerando (ou não) as propostas dos movimentos sociais, em especial o de mulheres (na perspectiva feminista) e o agroecológico (no limiar entre a produção, a reprodução, a

⁴ Diz respeito ao discurso de um sujeito cognoscente universal, único, geralmente masculino, branco, heterossexual, da classe média, encobrindo a existência daqueles que não se encaixam nessas categorias (GALVÃO, 2002).

⁵ A teoria feminista define uma representação como androcêntrica quando esta descreve o mundo de acordo com os interesses, valores, emoções somente do gênero masculino (GALVÃO, 2002).

sustentabilidade da vida e a conservação ambiental), favorece a construção de estratégias de diálogo diferenciadas, ampliando possibilidades de novos estudos e propostas em acordo com as reais demandas da sociedade. Analisar o mundo pelo olhar das mulheres, observando suas experiências de vida e de luta, também tende a descortinar outras perspectivas, pautadas, em muitos casos, na resistência, na força, no aprendizado e na sustentabilidade da vida.

Paralelamente, quando aqui tratamos de agroecologia, estamos pressupondo que ela é uma ciência, um movimento e uma prática (WEZEL *et al.*, 2009), construída a partir de um processo de reflexão e de debate, ao mesmo tempo em que vem se firmando como um modo de vida, de produzir, de relacionar-se e viver no mundo. Isto implica na construção de relações respeitadas e igualitárias entre mulheres e homens e dessas(es) com a natureza. Esses princípios estão na base da contribuição conceitual e política do movimento feminista e de mulheres para a agroecologia.

Para tanto, a pesquisa discute as diferentes concepções da agroecologia, tanto no próprio movimento quanto no âmbito da Marcha das Margaridas, bem como nas políticas públicas para o desenvolvimento rural, buscando observar os encontros e desencontros entre as diferentes percepções. Compreender em que medida as concepções sobre a agroecologia construídas pelas mulheres na Marcha das Margaridas se viram expressas nas políticas públicas que tratam desse tema contribui para o entendimento do importante papel da organização e da participação social nos espaços de concertação e controle social.

Em se considerando tal entendimento, foi fundamental averiguar se, e em que medida, a Marcha das Margaridas influenciou na construção de políticas públicas de agroecologia. Nossa hipótese partiu do pressuposto de que a Marcha das Margaridas contribuiu efetivamente na construção dessa política pública, especialmente, porque a participação das mulheres e das organizações feministas estão assentadas em processos de diálogos e concertação, os quais incluem o desenvolvimento de consensos e dissensos. Reforçando essa hipótese, com o lançamento do Grupo de Trabalho que trabalharia na construção da Pnapo,

feito durante a 4ª Marcha das Margaridas, foi possível obter-se novos desdobramentos da política, que resultaram na elaboração e aprovação do Planapo I, no qual foram incluídas metas e ações específicas para as mulheres rurais. Neste caminho, é importante considerar que esta atuação foi permeada por conflitos e tensões das mulheres com as organizações sociais mistas em que estão inseridas e no âmbito da própria relação com o governo.

Portanto, considerando esse contexto e a hipótese, o objetivo da pesquisa foi efetuar uma análise da influência da Marcha das Margaridas para o fortalecimento da agroecologia no Brasil e em que medida este movimento foi estratégico para a conformação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e de seu Plano Nacional. Além disso, buscou-se avaliar como o conceito de agroecologia foi sendo alterado nos discursos das mulheres e dos movimentos de mulheres e feministas que constroem a Marcha das Margaridas ao longo de suas cinco edições; examinar as estratégias políticas utilizadas pelo coletivo de movimentos e organizações que constroem a Marcha das Margaridas para incidir sobre as políticas públicas para a agroecologia no Brasil, considerando a perspectiva feminista; e, não menos importante, analisar como a proposta de política pública de agroecologia defendida pela Marcha das Margaridas se expressa no âmbito da institucionalidade das políticas que contemplam o tema da agroecologia, bem como os seus desdobramentos.

10.2 Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida com base na epistemologia feminista que considera que todo(a) conhecedor(a), bem como o conhecimento produzido por esses(as), é localizado, negando, dessa forma, a apreendida noção de objetividade, conforme reflexões de Donna Haraway (1995). Esta perspectiva pressupõe que não há neutralidade axiológica e que a ideia de controle da ciência, por meio de experimentos e manipulações, é um limite, que pode ser tendencioso e manipulável e que nega a dicotomia sujeito-objeto, instituída pela ciência moderna.

Tal epistemologia tem por principal objetivo analisar a influência das relações desiguais de gênero nas concepções da construção do conhecimento, nos modos de produção e justificação da ciência, assim como sobre a visão que se tem do(a) sujeito cognoscente.

Em relação à metodologia feminista, consideramos que, para além do uso específico de determinadas técnicas de coleta de dados, estamos tratando da inclusão de questões referentes às mulheres ou às relações desiguais de gênero na construção do conhecimento, como mencionado por Cristina Bruschini (1992). Nesse sentido, diferentes abordagens podem utilizar-se de metodologias feministas, desde que construídas em uma perspectiva não sexista. As abordagens qualitativas são as mais utilizadas nas pesquisas feministas, conforme Marian McHugh e Lisa Cosgrove (2004), como as narrativas, a pesquisa-ação, a abordagem fenomenológica, os grupos focais, os estudos de caso, as histórias de vida, o método autobiográfico e os grupos de conceptualização (LINTON, 1997).

Dessa forma, as metodologias feministas são consideradas como instrumentos ou estratégias de mudança social, em especial, das situações de opressão e violência vividas pelas mulheres e devem orientar todo o processo de construção das investigações (BRUSCHINI, 1992; MCHUGH; COSGROVE, 2004; NEVES; NOGUEIRA, 2003). A partir de abordagens críticas, as pesquisas feministas têm buscado visibilizar e valorizar as experiências das mulheres, com o uso de análises e linguagens não sexistas (EICHLER, 1988) para o fortalecimento desse grupo social.

Como parte desse processo, consideramos fundamental demarcar nosso lugar de fala, como problematiza Djamila Ribeiro (2017). A autora, em seu livro *O que é o lugar de fala?*, baseado na teoria do ponto de vista feminista de Patrícia Hill Collins (1990), destaca a importância de considerar o lugar social de fala de sujeitos marcados pelo lugar de opressão e submissão, como as mulheres e as(os) negras(os). Ela mostra como a sociedade patriarcal e racista invisibiliza a voz das mulheres negras, em especial, e afirma a importância de contribuir para tirá-las de um lugar silenciado estruturalmente, dando voz e visibilidade às suas reflexões, realidades, demandas e vidas. Consideramos aqui a importância de explicitar que, sendo assim, não há lugar neutro de análise e

que é honesto explicitar as nossas experiências e os percursos que nos fizeram escolher o tema desta pesquisa, de onde o observamos e que relações temos com o estudo e as pessoas entrevistadas.

Os procedimentos metodológicos referenciam-se na pesquisa qualitativa para a busca de elementos conceituais e políticos em documentos produzidos pelos movimentos que têm participado do processo de construção da Marcha das Margaridas e, em especial, na percepção de mulheres que participaram dessa ação e contribuíram com os debates e as definições sobre a agroecologia e a vida das mulheres do campo, da floresta e das águas. Nas estratégias de investigação, foram utilizados dados secundários e entrevistas semiestruturadas. Com relação aos dados secundários, as bases para análise foram os documentos elaborados pela Marcha das Margaridas desde a sua primeira edição (2000) até a quinta realização, em 2015, quais sejam: cadernos de textos; pautas de reivindicações entregues para o governo federal; caderno de respostas do governo federal às demandas da mobilização; cartazes e notas públicas. Foram analisados, ainda, os documentos produzidos pelo governo federal referentes à Política e ao Programa Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

Além disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas individuais com pessoas que acompanharam (a partir de diferentes lugares e movimentos) esse processo de mobilização, a construção da proposta de temas para os debates e das pautas, bem como a negociação das demandas, a elaboração, a execução e o monitoramento das políticas públicas. Foram realizadas 14 entrevistas, envolvendo 16 pessoas (13 mulheres e 3 homens), entre os meses de abril a julho de 2018, em espaços de encontros dessas organizações, por Skype e presenciais, em Brasília, no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte. Foram utilizados dois modelos de roteiros: um direcionado para representantes da Contag e das organizações parceiras da Marcha das Margaridas e outro para representantes do governo federal.

As perguntas para os movimentos e as organizações da sociedade civil tinham por objetivo buscar conhecer qual a relação à pessoa teve com a Marcha das Margaridas; de qual lugar observou ou contribuiu

para a marcha; como ela percebeu a entrada da agroecologia na pauta, além das mudanças conceituais pelas quais a concepção de agroecologia passou ao longo das edições. Buscamos averiguar de que forma esta marcha contribuiu para a construção das políticas públicas para a agroecologia, considerando ações e proposições. Além disso, buscamos observar como se deu o processo de negociação, conflitos e acordos na construção da Pnapo e do Planapo I, considerando as pautas e pressão da Marcha das Margaridas. Sob um olhar mais atento para a ação do poder público e representantes dos governos no diálogo e na negociação com a Marcha das Margaridas, e da pauta dessas com os diferentes ministérios e secretarias do governo federal, as perguntas foram mais direcionadas à percepção dessas(es) a partir da posição que ocuparam sobre as estratégias políticas da marcha, suas pautas, as ações, os espaços de diálogo e negociação, buscando avaliar em que medida a marcha influenciou na construção e na elaboração das políticas públicas de agroecologia no Brasil.

Consideramos que as perguntas lograram trazer elementos que possibilitassem respostas aos objetivos da pesquisa, dialogando com as hipóteses previamente estabelecidas. Para a análise dos dados, a conceituação e a categorização, tanto do estudo dos documentos quanto a partir dos resultados das entrevistas, usamos como referências gerais Strauss e Corbin (2008). Utilizamos atentamente a descrição de processos, considerando-a um passo relevante para a explicação e a sua interpretação, como lembra Flick (2009) e Gerring (2012).

Somando-se e dando substância a tais referências, decidimos utilizar o método de construção das linhas narrativas, proposto por Mary Jane P. Spink e Helena Lima (2013). Segundo essas autoras, na perspectiva construcionista, o rigor passa a ser concebido como a possibilidade de explicitar os passos da análise e da interpretação de modo a propiciar o diálogo. Esse diálogo, desenvolvido no âmbito da pesquisa que se quer científica, não é um processo livre, encontrando-se preso aos processos históricos e sociais e, ainda, às vicissitudes dos relacionamentos humanos. O conceito de objetividade precisa, assim, ser revisto e ressituaado como processo intersubjetivo (SPINK; LIMA, 2013).

Considerando a ciência como uma prática social que está diretamente relacionada à comunicação de resultados, apresentamos as informações disponíveis, os passos que foram dados para a análise e a interpretação resultante desse trabalho. O rigor, geralmente considerado como parte da triangulação entre replicabilidade, generabilidade e fidedignidade, é visto por elas como a “objetividade possível no âmbito da intersubjetividade” (SPINK; LIMA, 2013, p. 83). As autoras propõem que se abandone a ideia da objetividade, resignificando-a como visibilidade, com a apresentação do processo pelo qual a interpretação, ou seja, a produção de sentido, foi sendo construída.

Em nossa pesquisa, seguimos os passos que elas sugerem como atividade-meio, na busca do sentido como fim, que foi inicialmente o diálogo entre as informações, matérias-primas da pesquisa: as conversas, os posicionamentos, na busca de nossas informações; a priorização, para entendê-los à luz de categorias, hipóteses e informações contextuais diversas, que já são parte do processo de interpretação. Posteriormente, mergulhadas nas informações coletadas, adicionados o confronto do processo de pesquisa e o estudo de campo (no caso, a realização das entrevistas), construímos (ou reafirmamos) nossas categorias gerais de análise, na busca tanto dos conteúdos quanto dos usos feitos desses. As categorias gerais (e subcategorias) definidas foram: Marcha das Margaridas; feminismo; agroecologia; políticas públicas; Npapo/Planapo.

A opção de método dialoga, ainda, com a pesquisa narrativa e a história oral, que buscam reconstituir, a partir das falas, um percurso e um processo, a partir da junção de diferentes falas de distintos lugares. Como afirmam Jean Clandinin e Michael Connelly (2011), a pesquisa narrativa é mais do que ouvir histórias: é uma maneira de viver, é uma forma de reconstruir vidas. Sobre as fontes orais, adquiridas a partir das entrevistas, acreditamos que estamos aqui reconstruindo, com a junção de diferentes sujeitos, de lugares diversos, uma nova história oral, criando significações. Buscamos ser tão fiéis quanto possível à forma de fala de cada pessoa, tentando respeitar seus modos, seus medos, suas expectativas e seus desejos expressos nas falas. Portelli (1997) ressalta que as fontes orais nos contam não apenas do

que se fez, mas também do que se queria fazer, do que se acreditava estar fazendo e o que agora pensa do que se fez.

Quanto ao uso da técnica da linha narrativa, a tratamos como recurso analítico que contribuiu para “esquematizar os conteúdos das histórias utilizadas como ilustrações e/ou posicionamentos identitários no decorrer da entrevista” (SPINK; LIMA, 2013, p. 93-94) que localiza o lugar de fala de cada entrevistada(o). Considerando que a imposição da linearidade, que localiza cronologicamente os fatos, é um limite, esse é um exercício de organização e compreensão em uma perspectiva temporal de fatos, eventos e sujeitos que contribuíram e foram importantes para a história que aqui (re)contamos. Por isso, escolhemos renomear a técnica para “rios narrativos”, pois o “rio que nasce de um fio de água e, em seu percurso, vai se adensando, crescendo, recebendo folhas, pedras e outras águas, indo em direção ao mar” (MOREIRA; SILIPRANDI; FERREIRA, 2018, p. 63), com base no termo que as mulheres do movimento agroecológico têm utilizado para mostrar a história e a memória da agroecologia a partir de seus lugares e suas vivências.

10.3 Abordagem teórica

A partir desta posição e do referencial teórico e metodológico, os conceitos centrais do feminismo permearam as discussões realizadas ao longo de toda a pesquisa, dialogando com conceitos teóricos como patriarcado e machismo (DELPHY, 2009; WALBY, 1990; PATMAN, 1993; AMORÓS, 1997; SAFFIOTI, 2004; MATOS; PARADIS, 2014); divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 2003; ENGELS, 1984); relações sociais de sexo (KERGOAT, 2003); feminismo (AMORÓS, 2000; SILIPRANDI, 2015; ALVES; PITANGUY, 1981); economia feminista (MORENO, 2014; CARRASCO, 2006). Consideramos nesse trabalho o patriarcado conforme Christine Delphy (2009, p. 173):

O patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo

de “dominação masculina” ou de opressão das mulheres. Essas expressões, contemporâneas dos anos 1970, referem-se ao mesmo objeto, designado na época precedente pelas expressões “subordinação” ou “sujeição” das mulheres, ou ainda “condição feminina”.

Silvia Walby (1990) definiu o patriarcado como “um sistema de estruturas no qual o homem domina, oprime e explora a mulher” (p. 20), e Carole Patman (1993) o considera como um sistema de poder análogo ao escravismo ou um conceito articulador central para o entendimento das relações políticas e sociais do mundo contemporâneo. Vale ainda citar a concepção de Celia Amorós (1997), que o vê o patriarcado como uma espécie de pacto interclassista metaestável, que teria como base o patrimônio de gênero dos homens na na construção de um acordo entre classes, em que esses se auto-instituem sujeitos referenciais do contrato social perante às mulheres que seriam consideradas como as contratadas. Saffioti (2004) destaca a relação do patriarcado com o capitalismo, como um binômio da dominação-exploração das mulheres pelos homens, na medida em que o sistema capitalista de beneficia da lógica patriarcal para lucrar com o menor pagamento à mão de obra feminina.

Olhando para a realidade do Brasil e para sua expressão no Estado, Marlise Matos e Clarisse Paradis (2014) reafirmam o patriarcado como estruturante, todavia, conseguem enxergar processos de desestabilização dessa ordem a partir das ações políticas feministas. Elas afirmam que é necessária uma “despatriarcalização do Estado”, que seria a realização de ações que busquem abalar essa estrutura patriarcal. Nesse trabalho, procuramos identificar em que medida a ação da Marcha das Margaridas contribuiu nesse processo.

Engels (1984) em sua obra clássica *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, já falava sobre o patriarcado, constituído a partir da instituição das mulheres como propriedade privada dos pais/maridos, e como ele se expressava.

[...] a primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos, evidenciando, dessa forma, a opressão de classes e de sexos [...] o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino (ENGELS, 1984, p. 70-71).

Um conceito central, então, para nosso estudo, que permeia toda a nossa análise, é o da divisão sexual do trabalho, como definido por Danièle Kergoat (2003), que a considera como uma divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo que atribui aos homens a esfera produtiva e às mulheres a esfera reprodutiva, onde as funções realizadas pelos homens têm forte valor social agregado. Tal divisão social do trabalho é orientada por dois princípios organizadores: o princípio de separação entre trabalhos de homens e de mulheres, e o princípio de hierarquização, no qual o trabalho de homem tem mais valor que o feminino.

Nesse contexto, utilizamos ao longo do trabalho o termo “machismo” algumas vezes, que Christine Delphy (2009) lembra ser parte dos termos utilizados pelas acadêmicas e militantes feministas para se referirem ao nível das atitudes e/ou das relações interindividuais, que expressam a lógica patriarcal nas práticas cotidianas. É preciso entender, ainda, as relações sociais de sexo como uma relação entre grupos sociais definidos como antagonicos (grupo social homem *versus* grupo social mulheres, que não deve ser confundido com a categorização biologizante macho-fêmea), percebendo que as práticas masculinas e femininas são construções sociais, não sendo causadas pela questão biológica, mas com base material e não apenas ideológica (demandando uma mudança na divisão de trabalho concreta). Assim como Kergoat (2003), as entendemos como construção social, ou seja, é preciso contextualizá-las e historicizá-las, e como relações de poder e dominação, que, então, podem ser modificadas.

Frente a essa realidade de desigualdade, violência e opressão estrutural contra as mulheres, temos o feminismo como um processo de organização, reflexão e ação política, como um movimento social, ao mesmo tempo que se constitui como uma teoria crítica da sociedade, que se posiciona no questionamento ao patriarcado, à divisão sexual do trabalho (por alguns grupos também do capitalismo e do racismo), na construção de uma sociedade justa, igualitária, conforme afirma Celia Amorós (2000).

Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy (1981, p. 74), ao buscarem definir o que é o feminismo, destacam como a tarefa é desafiadora, já que o termo expressa um processo de transformação com raízes passadas, construída no presente, que não se sabe exatamente onde chegará, com avanços, retrocessos, contradições e tensões. Mas destacam que:

O feminismo *busca* repensar e recriar a identidade de sexo sob uma ótica em que o indivíduo não tenha que adaptar-se a modelos hierarquizados, e onde as qualidades “femininas” e “masculinas” sejam atributos do ser humano em sua globalidade. Que a afetividade, a emoção e a ternura possam aflorar sem constrangimentos nos homens e serem vivenciadas, nas mulheres, como atributos não desvalorizados. Que as diferenças entre os sexos não se traduzam em relações de poder [...].

Nesse contexto, a economia feminista surge como uma corrente do pensamento econômico que se tornou uma ferramenta para análises e elaborações do feminismo, que tem como base o questionamento à exclusão da reprodução como parte da economia e busca dar visibilidade à interdependência entre produção e reprodução, considerando como parte da economia não apenas o que está na esfera mercantil, com expressões monetárias e financeiras, como o faz a economia neoclássica, como nos mostra Renata Moreno (2014). Como afirma Cristina Carrasco (2006, p. 2-3):

A economia feminista não é uma tentativa de expandir os métodos e teorias existentes para incluir as mulheres, ela não consiste como Sandra Harding afirmou na ideia de “adicionar mulheres e misturar”. É algo muito mais profundo: uma mudança radical é pretendida na análise econômica que pode transformar a própria disciplina e permitir construir uma economia que integre e analise a realidade de mulheres e homens, tendo como princípio básico a satisfação das necessidades humanas.

Consideramos, em nossa pesquisa, o gênero como categoria de análise pela sua contribuição fundamental na desconstrução das bases biológicas que sustentam a inferiorização da mulher e na explicitação do papel imprescindível das relações de poder nas relações sociais desiguais entre homens e mulheres (SCOTT, 1995; PAULILO, 2016a, 2016b). Seguindo a compreensão de Joan Scott (1995), que discute gênero como elemento constitutivo de relações sociais e com base nas diferenças percebidas entre os sexos como sendo a forma primeira de significar as relações de poder, afirmamos a necessidade de rejeitar o caráter fixo e permanente da oposição binária, a partir da historicização e da desconstrução dos termos da diferença sexual.

Joan Scott (1995) também contribui com importantes reflexões acerca do papel da linguagem na reprodução (ou transformação) das desigualdades de gênero, geralmente reproduzindo a ideia do masculino como universal, o que gera a invisibilidade das mulheres na história, na memória e nos documentos. Atualmente, a epistemologia feminista tem proposto a linguagem inclusiva ou não generificada como forma de questionar o pensamento androcêntrico. Para isso, várias têm sido as propostas de escrita, na busca, inclusive, de não reforçar a ideia binária do gênero, limitada frente às diversas identidades de gênero já identificadas (BUTLER, 2003). Mesmo compreendendo essa limitação, escolhemos usar a(o) como forma de explicitar as mulheres como parte do mundo (falado, escrito, vivido), dentro de uma lógica socialmente construída que ainda reconhece, define, separa e hierarquiza homens e mulheres. Outra opção que fizemos ao longo deste trabalho

foi, sempre que possível, explicitar no corpo do texto e nas referências os nomes, e não apenas os sobrenomes, pois isso contribui para entender melhor como discursos e posicionamentos estão marcados pelas relações sociais de sexo.

10.4 Resultados e discussão

Com essa pesquisa, buscamos compreender qual havia sido a influência da Marcha das Margaridas para as políticas públicas voltadas à agroecologia no Brasil. A partir das análises teóricas, dos documentos governamentais e daqueles produzidos pela Contag, mas principalmente pelos relatos das pessoas que entrevistamos, concluímos que a marcha foi um marco e também fundamental para que fosse possível o anúncio, pela presidenta Dilma Roussef, em 2011, da criação de um grupo de trabalho que construiria a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. As análises nos mostraram que a decisão política governamental foi resultado da força política da Marcha das Margaridas, expressa na sua capacidade de mobilização, pressão, proposição e negociação, resultante do amplo arco de alianças construídas com diversos movimentos feministas, agroecológicos, sindicais, do campo, das águas e das florestas, desde 2010. Todavia, percebemos que o reconhecimento da história, atuação e capilaridade da Contag também ajudou para uma maior abertura do governo para o diálogo.

Essa contribuição, todavia, foi apenas uma parte. Muitos outros aportes já haviam sido dados, tanto para dentro do movimento sindical quanto para as políticas públicas de agroecologia e para as mulheres rurais. A partir do processo de articulação com o movimento agroecológico e feminista, as mulheres da Contag foram se apropriando da pauta, acumulando debates, levando reflexões para os espaços mistos e sensibilizando, não sem muitas tensões e conflitos, o conjunto do movimento sindical a assumir a agroecologia como perspectiva para o projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável e solidário que os orienta. Foram as mulheres que levaram esse tema para dentro do movimento sindical. Organizadas na Marcha das Margaridas, a partir de

uma longa história de organização das mulheres dentro do movimento sindical rural, elas contribuíram ainda para fortalecer o movimento feminista, levando elementos da realidade do campo e construindo reflexões, a partir de suas experiências, sobre a divisão sexual do trabalho, o patriarcado e a economia feminista. Além disso, o movimento feminista também cresceu com essa troca e possibilitou um espaço de construção de unidade, de formação de alianças entre as mulheres de diferentes realidades, de diversas identidades, em torno de uma pauta de todas, para todas.

Com relação ao movimento agroecológico, a ponte com a Marcha das Margaridas tem sido realizada pelo GT Mulheres da ANA que, apesar de compor a coordenação ampliada apenas na edição de 2015, tem mulheres, movimentos e organizações que a integram e que constroem a marcha desde 2000. A relação também tem sido de muita simbiose, de colaborações nos debates de aprofundamento conceitual e prático da agroecologia, mas, também, do feminismo, da soberania e segurança alimentar e das políticas públicas. Ao assumir o lema “Sem feminismo não há agroecologia”, reafirma a luta que as mulheres vinham travando por dentro do movimento agroecológico, fortalecendo-o. A Marcha das Margaridas, por sua dimensão e quantidade de pessoas que consegue envolver, ampliou a visibilidade desse tema, fazendo com que ela chegasse em locais que o movimento agroecológico ainda não havia alcançado, possibilitando um maior reconhecimento, transformando-a em agenda política governamental. Assim, a marcha, que juntou as mulheres da Contag com as militantes dos movimentos feministas e as mulheres do GT Mulheres da ANA, ganhou muito peso e muita legitimidade. Vale dizer que as mulheres da Contag também integravam outros espaços, para além do GT, somando à construção da luta coletiva, na articulação com outros movimentos sociais e no diálogo com os governos.

Identificou-se, ainda, que um importante legado da marcha foi a sua contribuição para a aproximação de movimentos que antes pouco dialogavam e que, por vezes, tinham até tensões e divergências conceituais fundantes. Trata-se da associação do debate de classe com os debates feministas e ambientais/ecológicos, colocando todas as lutas

como importantes para a construção de uma sociedade justa e igualitária, economicamente viável e ambientalmente harmônica.

Ao longo do processo de elaboração e análise dos dados, certificamo-nos de que vivemos em um Estado marcado pela lógica capitalista, patriarcal e racista que, todavia, por se constituir como resultado de relações sociais entre classes dominadas e dominantes, sem um caráter monolítico, tem espaços para o embate de concepções de mundo diversas, as quais possibilitam caminhos de resistência e de disputa de ideias. Em um estado democrático, existem espaços de diálogo entre a sociedade civil e a sociedade política, o que permite que sejam feitos tanto questionamentos à estrutura do Estado quanto à sua forma de atuação na gestão governamental e na construção, execução e implementação das políticas públicas. Assim, o feminismo e a luta das mulheres têm se colocado em espaços de participação social e de diálogo com os governos na tentativa de pressionar para que os interesses da maioria e as diferenças sejam consideradas na construção de uma sociedade com maior justiça social.

Sabemos que as mulheres foram, após o processo de democratização, aprendendo as formas de estar e atuar nos espaços de decisão, organização e participação política, historicamente definidos como um lugar dos homens. Elas foram crescendo junto com os processos coletivos e de auto-organização, criando conjuntamente estratégias de atuação na luta e na geração de políticas públicas. Algumas optaram por construir movimentos específicos, outras escolheram militar em movimentos mistos, mas a perspectiva feminista tem se fortalecido e intensificado suas ações de massa, suas mobilizações de rua, e, também, dos processos de transformação da vida das mulheres por dentro das estruturas do Estado. Nesse caminho, notamos uma busca por “despatriarcalizar o Estado” desde a construção de políticas públicas que transformem paradigmas políticos excludentes em práticas participativas e políticas que passem a considerar a realidade e as necessidades das mulheres desde seu lugar de vida e trabalho. Para isso, a ação das mulheres feministas que atuavam dentro dos governos e que tomaram como missão institucional a construção do feminismo e da

agroecologia foi fundamental em todo o período dos mandatos democráticos. E é a partir da vida no campo, nas águas e nas florestas que as “Margaridas” constroem sua ação.

Ao analisar o processo de aproximação da Marcha das Margaridas com a agroecologia, vimos que essa pauta passou a compor a análise e as demandas a partir da identificação, por parte das mulheres, de que elas já trabalhavam na perspectiva da sustentabilidade da vida, da preservação das sementes, da conservação das terras e águas e do respeito ao meio ambiente, antes mesmo de conhecer o termo. Elas já eram agroecológicas antes de sabê-lo e já eram feministas antes de exercer esse direito.

Nesse percurso sobre o conceito da agroecologia dentro das pautas da marcha, observamos que ele inicialmente estava muito relacionado ao tema ambiental, passando por uma perspectiva mais relacionada ao modo de produção. Mas as mulheres foram problematizando e trazendo novos elementos referentes às relações sociais e às desigualdades de gênero, questionando a divisão sexual do trabalho e a invisibilidade do seu trabalho produtivo, além do doméstico e de cuidados (tão fundamentais para a vida), passando a ter a economia feminista como uma perspectiva de análise. Passaram, então, a afirmar o lema “Sem feminismo não há agroecologia”. Percebeu-se, ainda, que o processo de organização e crescimento dessa pauta na marcha teve grande relação com o ambiente de ampliação e fortalecimento desse debate no processo de organização e fortalecimento da ANA.

No processo de construção de políticas públicas para a agroecologia, notamos que o feminismo e a luta das mulheres rurais, expressos na Marcha das Margaridas, trouxeram novos elementos para as políticas públicas e a agroecologia, entre os quais pode-se citar: *i*) a necessidade de liberdade e autonomia social, política e econômica das mulheres em um mundo sem violência; *ii*) a possibilidade de produção de alimentos saudáveis para todas e todos, para garantia da saúde e preservação do meio ambiente; *iii*) a urgência no acesso igualitário e justo a terra, água, créditos e assistência técnica, com um olhar específico sobre a situação desigual, de opressão e violência vivida pelas mulheres; *iv*) a invisibilidade tanto do trabalho doméstico e de cuidados quanto do trabalho

produtivo realizado por elas no campo, na floresta e nas águas; e v) a divisão sexual do trabalho e a sobrecarga de trabalho sobre os ombros das mulheres. A partir do diálogo com a agroecologia e o feminismo, as mulheres do campo, das águas e das florestas afirmaram que essas questões precisavam ser consideradas e que o governo precisava dar respostas por meio de políticas públicas que visassem a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e livre.

A pressão para que tais questões fossem consideradas foi fortalecida por meio de diversas estratégias políticas feministas utilizadas pelas mulheres, tais como: *i*) a luta pela criação de instâncias específicas de mulheres dentro da estrutura do Estado (a exemplo da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombolas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (DPMRQ), mas, também, dos Comitês e das Comissões temáticas de mulheres do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) e na Cnapo e o Comitê de Organização Produtiva das Mulheres Rurais); *ii*) a cobrança para que todos os ministérios e seus temas conseguissem enxergar a realidade das mulheres rurais em suas ações (a pauta da Marcha das Margaridas dialogava com os diversos temas dos ministérios); *iii*) as cotas de participação em diversos espaços de participação, de representação e nas políticas (como a política de Ater); *iv*) a participação articulada entre as mulheres e seus movimentos para que temas referentes à agroecologia e ao feminismo circularassem nos diferentes espaços de participação e concertação social; e *v*) a aliança com as mulheres feministas do governo. Consideramos que todas essas estratégias foram centrais para que a pauta da agroecologia, na perspectiva feminista consubstancial, ganhasse força.

O fortalecimento da luta das mulheres rurais e o reconhecimento público conquistado pela Marcha das Margaridas acumularam força no processo de criação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo) e seu Plano (Planapo I), atuando em todos os processos de construção: desde a proposição, passando pela pressão política, pela elaboração, pela execução, pelo monitoramento e pela avaliação das políticas, principalmente a partir da atuação na Cnapo. Ao analisar

a proposta de pauta, em especial a da Marcha das Margaridas de 2011, vimos que, além da demanda pela criação de um programa (que veio a constituir a Pnapo), muitas das questões foram transformadas em iniciativas, tanto referentes à visibilização e valorização do trabalho realizado pelas mulheres na perspectiva agroecológica, à assistência técnica específica, à organização produtiva e à autonomia econômica quanto relacionadas a temas diversos como a criação de bancos, políticas públicas de captação de água de chuva para a convivência com o semiárido, educação ambiental, inclusão das juventudes do campo, entre outros. Em 11 das 13 metas do Planapo, havia propostas que dialogavam com as pautas da Marcha das Margaridas de 2011, contando com cerca de 40 propostas (de um total de 125) como respostas diretas ou indiretas às demandas das mulheres do campo, das águas e das florestas.

Na relação com o Estado, a Marcha das Margaridas contribuiu ainda na pressão por mudanças de paradigmas políticos, além de colaborar duplamente com a construção de políticas públicas: tanto as de agroecologia quanto as políticas para as mulheres rurais, sob a perspectiva agroecológica. Com relação às mudanças de paradigmas, a Marcha problematizou os sujeitos considerados até então legítimos no diálogo com o Estado e colocou as mulheres do campo, das águas e das florestas como sujeitos políticos, como sujeitos de direitos, dando visibilidade e valorizando a multidimensionalidade das identidades das mulheres. Suas pautas também trouxeram para o Estado a necessidade da criação de mecanismos institucionais específicos para as mulheres (SPM e DPMRQ), assim como a necessidade de que a pauta das mulheres se tornasse transversal para todas as políticas públicas, além de cobrar uma execução de políticas públicas mais integradas. Elas pressionaram ainda o governo federal a se posicionar e dar mais atenção e recursos para as(os) mais necessitadas(os), a agricultura familiar, a agroecologia, as mulheres, tensionando para destravar políticas engessadas pelas contradições internas dos governos de coalizção.

Quanto às políticas públicas de agroecologia, ao perceber que a marcha passou a colocá-la como pauta prioritária, o governo passou a incluí-la na agenda política, partindo — é importante dizer — de uma

perspectiva mais sistêmica, da qual o feminismo é parte intrínseca. Esse processo ampliou as possibilidades da institucionalização de políticas públicas de agroecologia no país, com um processo participativo de proposição e elaboração das propostas. No que se refere à contribuição para políticas públicas para mulheres rurais, identificamos conquistas concretas representadas por políticas de acesso à terra e à cidadania/documentação, políticas para organização produtiva e autonomia econômica, acesso ao crédito, Ater para Mulheres e políticas de enfrentamento da violência, como resultados da luta das “Margaridas” entre os anos de 2000 e 2015.

Não podemos, todavia, deixar de citar que todo esse processo de construção, contribuições e conquistas foi permeado por tensões e conflitos, não apenas entre sociedade civil e governo, mas especialmente entre homens e mulheres: averiguamos que grande parte dos embates tinha relação com o não reconhecimento das mulheres como sujeito político e como sujeito de direitos, fazendo com que os homens constantemente questionassem decisões, posicionamentos e propostas das mulheres (mesmo dentro dos próprios movimentos). O machismo institucional, que ainda acredita que cabem às mulheres apenas os assuntos relativos às famílias, às(aos) filhas(os), aos cuidados, foi vivenciado pelas mulheres durante todo esse percurso, tanto dentro dos movimentos quanto dos governos, expondo as mulheres a situações de desvalorização, desqualificação, isolamento, assédio moral e sexual. Outras tensões tinham relação com diferentes concepções de agricultura familiar, geralmente pautadas na lógica patriarcal, e da agroecologia, em um processo tenso de disputa com o agronegócio.

10.5 Considerações finais

As reflexões realizadas a partir dessa pesquisa nos permitiram observar que foi a força de várias mulheres juntas, reunidas em torno da perspectiva de construção de uma sociedade mais justa e igualitária, com desenvolvimento rural sustentável e solidário, que tornou possível o surgimento de várias mudanças, bem como permitiu que diversas

estruturas fossem abaladas e que novos caminhos fossem construídos. Foram mulheres que escolheram atuar dentro do movimento sindical, de um movimento misto, entretanto, a partir das opressões e violências vividas em seu cotidiano (dentro e fora do movimento), conseguiram compreender que não apenas sua condição de classe, mas também de gênero, alterava suas vidas e que precisavam, então, ser transformadas. Aos poucos, com essa ação-reflexão, e essa militância no diálogo com o movimento feminista, elas foram percebendo-se e identificando-se como feministas. Isso também as fortaleceu, pois elas passaram a se sentir mais fortes, a se ver umas nas outras e passaram a sentir que essa luta também lhes pertencia. E assim, fez-se a Marcha das Margaridas!

Nesse processo, essas mulheres foram se unindo, formando alianças com tantas outras mulheres, outros movimentos, outras entidades e articulações, e entraram em contato com a perspectiva agroecológica, na qual também havia mulheres que lutavam para serem ouvidas, para que suas realidades fossem consideradas, para que sua contribuição na produção de alimentos saudáveis, para a preservação e conservação da sociobiodiversidade e para a construção de uma sociedade e um meio rural sem violência contra as mulheres fosse parte da luta de todas(os). Essas percepções e trocas permitiram um importante encontro! Um encontro que deu frutos, que fortaleceu ainda mais essas mulheres trabalhadoras rurais, que já não estavam mais sós, mas que eram também das florestas, das águas, do campo, e que levantavam as bandeiras do feminismo e da agroecologia.

Então, as mulheres da Marcha das Margaridas na sua atuação frente ao Estado, na sua cobrança de que o governo federal implementasse políticas públicas que fortalecessem as experiências agroecológicas que vinham sendo desenvolvidas pelos movimentos sociais e por diversas organizações da sociedade civil, definiram que essa era, sim, uma pauta prioritária para elas, que brigariam em sua defesa, que mobilizariam sua força política pela agroecologia.

Mesmo com muitas tensões, conflitos e embates com os homens, tanto do governo quanto dos movimentos, os quais sempre foram permeados pelo machismo institucional e pelo não reconhecimento das

mulheres como sujeito, a força, cada dia maior, das mulheres que compunham a Marcha das Margaridas foi construindo incontáveis conquistas, passo a passo, às vezes pequenas, outras maiores. Conseguiram a titularidade conjunta da terra, a documentação, a assistência técnica para mulheres, o crédito e o fomento para sua produção e, também, o direito às unidades móveis para enfrentamento da violência. Junto a esse caldeirão de conquistas, conseguiram o impensável: que a agroecologia se tornasse uma orientação geral para muitas dessas políticas. E, aos poucos, a agroecologia passou a ser uma perspectiva de olhar para a vida e as ações do Estado no Brasil.

A convergência de diversos fatores contribuiu para essa conquista, mas foi o acúmulo de forças e o peso político da Marcha das Margaridas que conseguiu pressionar, com o impacto de 70 mil mulheres nas ruas de Brasília, para que o governo federal assumisse o compromisso de construir uma política de agroecologia no país, que viria a ser a primeira política de Estado do mundo específica para a agroecologia e a produção orgânica. Foi um marco!

Sem a força política da Marcha das Margaridas, provavelmente a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica não existiria, ou demoraria muito tempo para ser alcançada. É preciso reconhecer esse peso. É necessário visibilizar e valorizar a contribuição das mulheres e de sua luta feminista na construção da agroecologia, dentro e fora do âmbito do Estado. É fundamental que se reconheça esta conquista como uma vitória das *mulheres!*

Todavia, em decorrência do processo de ruptura democrática vivida no país, toda a construção de políticas públicas para mulheres rurais e para agroecologia, em diálogo com o feminismo, encontra-se sob ameaça e com riscos de retrocesso. Segue agora o desafio para que a próxima Marcha das Margaridas tenha força para mostrar ao país a necessidade urgente de mudar e retomar a democracia e a liberdade de expressão, mobilização e ação popular.

Referências

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. *O que é feminismo*. Coleção Primeiros Passos, 44. São Paulo: Brasiliense, 1981.

AMORÓS, Celia. Presentación (que intenta ser un esbozo del *status questionis*) In: AMORÓS, Celia (ed.). *Feminismo y filosofía*. Madrid, Síntesis, 2000. AMORÓS, Célia. *Tiempo de Feminismo: sobre feminismo, proyecto ilustrado y postmodernidad*. Madrid, Ediciones Cátedra, 1997.

BRUSCHINI, Cristina. O uso das abordagens quantitativas em pesquisas sobre relações de gênero. In: BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina (org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosados Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 289-309.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARRASCO, Cristina. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (org.). *A produção do viver: ensaios de economia feminista*. Coleção Cadernos Sempre Viva. Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania 7. São Paulo: SOF, 2003.

CLANDININ, Jean; CONNELLY, Michael. *Pesquisa narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa*. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEI/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York, Routledge, Chapman and Hall, 1990.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena *et al.* (org.) *Dicionário Crítico do Feminismo*. Tradução: Francisco Ribeiro Silva Júnior. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

EICHLER, Margrit. *Nonsexist research methods: A Practical guide*. Winchester: Allen & Unwin, Inc, 1988.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FLICK, Uwe. *Desenho da pesquisa qualitativa*. Tradução: Roberto Cataldo Costa; consultoria, supervisão e revisão técnica Dirceu da Silva. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GALVÃO, Clarisse. *Contribuições da epistemologia feminista para uma crítica da ciência moderna*. Teoria e Metodologia das Ciências Sociais. 2002. Disponível em: <http://quecazzo.blogspot.com.br/2012/04/contribuicoes-da-epistemologia.html>.

GERRING, John. *Social Science Methodology: a unified framework*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5, Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, p. 7-41, 1995.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: NOBRE, Miriam *et al.* (org.). *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas*. São Paulo: Prefeitura Municipal São Paulo – Coordenadoria Especial da Mulher, p. 55-63, 2003.

LINTON, Rhonda. Rumo a um método feminista de pesquisa. In: JAGGAR, A. M.; BORDO, S. R. (org.). *Gênero, corpo, conhecimento* (p. 293-314). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

MATOS, Marlise; PARADIS, Clarisse Goulard. Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro. Dossiê O Gênero da política: feminismos, Estado e eleições. *Cadernos Pagu*, n. 43, jul./dez. 2014.

McHUGH, Marian. C.; COSGROVE, Lisa. Feminist research methods: Studying women and gender. In: PALUDI, M. A. (ed.), *Praeger guide to the psychology of gender*. Westport: Praeger, 2004, p. 155-182.

MOREIRA, Sarah Luiza de Souza; FERREIRA, Ana Paula; SILIPRANDI, Emma. Memória das mulheres na agroecologia do Brasil. In: SANCHEZ, Gloria Patricia Zuluaga; CATAGORA-VARGAS, Georgina; SILIPRANDI, Emma (coord.). *Agroecología em femenino: reflexiones a partir de nuestras experiencias*. SOCLA, 2018.

MORENO, Renata Faleiros Camargo. A economia na agenda política do feminismo. In: MORENO, Renata (org.). *Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres*. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista (SOF), 2014.

NEVES, Sofia; NOGUEIRA, Conceição. Metodologias feministas: a reflexividade a serviço da investigação nas Ciências Sociais. *Psicologia Reflexão e Crítica*, v. 18, n. 3, p. 408-412, 2005.

PATMAN, Carole. *O Contrato Sexual*. Trad. Marta Avancini. São Paulo, Paz e Terra, 1993.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. *Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo*. Florianópolis: Editora UFSC, 2016a.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. Que feminismo é esse que nasce na horta? *Revista Política & Sociedade*. Florianópolis, v. 15, edição especial, 2016b.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a História Oral diferente. Projeto História. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP*, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.

RIBEIRO, Djamilia. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan Wallach. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Recife: SOS Corpo, 1995.

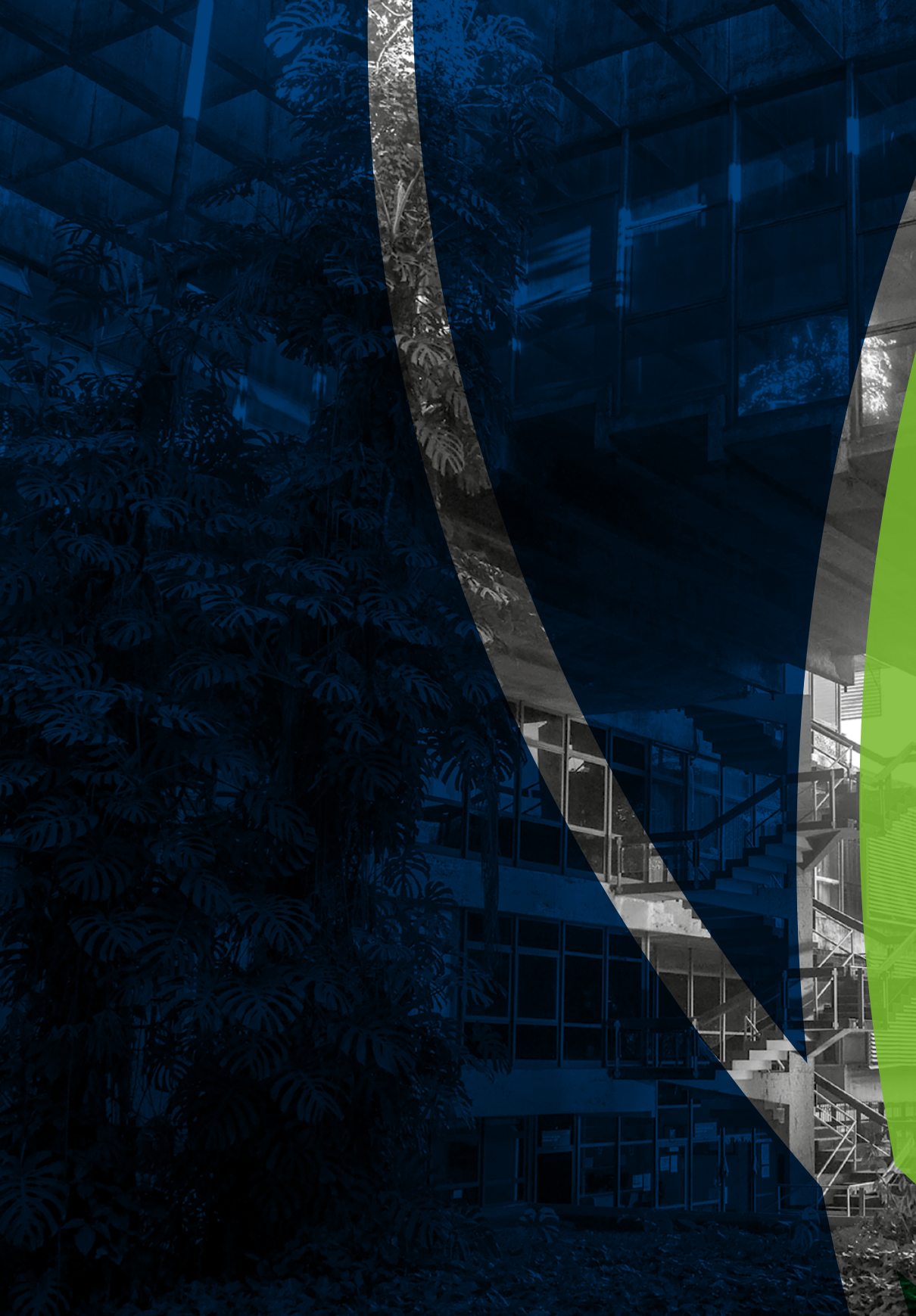
SILIPRANDI, Emma. *Mulheres e Agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015.

SPINK, Mary Jane; LIMA, Helena. Rigor e visibilidade: a explicação dos passos de interpretação. In: SPINK, Mary Jane (org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. Edição virtual. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais: Rio de Janeiro, 2013.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. *Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada*. Tradução: Luciane de Oliveira da Rocha. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed e Bookman, 2008.

WALBY, Sylvia. *Theorizing patriarchy*. Oxford: Brasil Blackwel, 1990.

WEZEL, Alexander. S. *et al.* Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. *Agronomy for Sustainable Development*, Paris, n. 29, p. 503-515, 2009.



Este livro foi composto em UnB Pro e Liberation Serif.

Reflexões sobre meio ambiente e desenvolvimento rural

Este livro é fruto de pesquisas realizadas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader) da Faculdade UnB Planaltina (FUP). Os 13 capítulos analisam o desenvolvimento rural brasileiro e seus impactos sobre o meio ambiente, estudando temas como financeirização, privatização e mercantilização da terra e natureza, especialmente conflitos territoriais envolvendo povos e comunidades tradicionais. Na contramão de processos de apropriação e expropriação, abordam a sociobiodiversidade do Cerrado, reconhecendo e valorizando produtos agroextrativistas e experiências de conservação. Analisam políticas públicas, discutindo conceitos e práticas com base na agroecologia e contribuições interdisciplinares e territoriais na integração e sinergia de políticas de desenvolvimento rural sustentável. As pesquisas tratam também da relação entre políticas de gênero e protagonismo das mulheres (suas reivindicações e lutas por autonomia, visibilidade e direitos), lançando olhares críticos sobre o sistema capitalista e patriarcal no campo. Esses olhares incluem, também, estudos sobre a juventude rural e a educação do campo como elementos fundamentais na construção do futuro e superação dos graves problemas ambientais e das desigualdades sociais e de gênero que assolam o campo brasileiro. As reflexões deste livro, para além de utopias, explicitam trabalhos engajados que, no cenário atual de rupturas, descontinuidades de políticas redistributivas e retrocessos sociopolíticos do país, vislumbram um campo menos desigual e mais sustentável.

Foto ao fundo:

Jardins da Reitoria/UnB.
Por Luis Gustavo Prado.



EDITORA

UnB

ISBN 978-65-5846-023-7



9 786558 460237